

A concepção de atividade filosófica em Herbert Marcuse

The conception of philosophical activity in Herbert Marcuse

Anderson de Alencar Menezes
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

José Bezerra da Silva
Universidade Federal de Alagoas, Brasil

Resumo

Com este artigo buscamos identificar os traços essenciais da atividade filosófica segundo a concepção de Herbert Marcuse, distribuídos na análise dos conceitos de filosofia, filósofo, sujeito revolucionário, como também o significado de socialismo democrático, ponto mais alto de libertação dos seres humanos, que pode vir a ser alcançado mediante a ação dos movimentos sociais. Seguimos o método crítico-dialético para a realização deste trabalho, por nos fornecer os meios adequados de compreensão e articulação da totalidade, particularidade e singularidade da sociedade contemporânea e suas tendências historicamente construídas pela lógica do capital. Definimos como objetivos os seguintes pontos: investigar o conceito de atividade filosófica na concepção de Marcuse e também descrever os conceitos de filosofia, filósofo e de sujeito revolucionário, articulando esses aspectos com o seu ideário de libertação humana, formatado no socialismo democrático, para cuja realização recorre a diversos movimentos sociais. No conjunto, o artigo busca responder/ solucionar o seguinte problema: de que maneira a atividade filosófica contribuirá para a construção de uma sociedade livre e democrática? A fim de encontrar uma resposta/solução plausível para o problema suscitado, faz-se necessário percorrer diversas obras do filósofo Marcuse e também obras e artigos de alguns dos seus abalizados estudiosos e estudiosas somados a obras de outros autores engajados com uma leitura de mundo suficientemente capaz de transformá-lo para que os seres humanos vivam, de fato, humanizados.

Palavras-chave: Filosofia. Marcuse. Socialismo democrático. Escola de Frankfurt.


Abstract

With this article we seek to identify the essential traits of philosophical activity according to the conception of Herbert Marcuse, distributed in the analysis of the concepts of philosophy, philosopher, revolutionary subject, as well as the meaning of democratic socialism, the highest point of liberation of human beings, that can be achieved through the action of social movements. We followed the critical-dialectical method to carry out this work, as it provides us with adequate means of understanding and articulating the totality, particularity and singularity of contemporary society and its tendencies historically constructed by the logic of capital. We defined the following points as objectives: to investigate the concept of philosophical activity in Marcuse's conception and also to describe the concepts of philosophy, philosopher and revolutionary subject, articulating these aspects with his ideals of human liberation, formatted in democratic socialism, for whose realization uses different social movements. Overall, the article seeks to answer/solve the following problem: How will philosophical activity contribute to the construction of a free and democratic society? In order to find a plausible answer/solution to the problem raised, it is necessary to go through several works by the philosopher Marcuse and also works and articles by some of his experts and scholars with a complement of works by other authors engaged with a reading of the world. sufficiently capable of transforming it so that human beings can live, in fact, humanized.

Keywords: Philosophy. Marcuse. Democratic socialism. Frankfurt School.

Informações do artigo

Submetido em 27/03/2022
Aprovado em 16/04/2022
Publicado em 29/04/2022.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2022.v22n1.p96-116>



Esta obra está licenciada sob uma licença [Creative Commons CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Como ser citado (modelo ABNT)

SILVA, José Bezerra da. A concepção de atividade filosófica em Herbert Marcuse. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 22, n. 1, p. 96-116, jan./abr. 2022.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os muitos atributos dos seres humanos, um que tem recebido grandes elogios é a atividade filosófica. Segundo entendimento ocidental, essa atividade teve início com Tales (624-548 a. C.), nascido na cidade de Mileto, na Ásia Menor. Mas o termo filosofia foi cunhado por Pitágoras (570 - 490 a.C.), de Samos, Grécia, que quer dizer amizade à sabedoria, e filósofo amigo do saber. Franca (1973, p. 44), ensina: “a Pitágoras cabe a iniciativa de ter orientado a filosofia para os problemas ético-religiosos, encarando-a não só como explicação da natureza, senão ainda como regra de vida, como meio de atingir a perfeição e a felicidade”. Lara (1989) discute percucientemente a origem grega da filosofia e reafirma o seu surgimento na Ásia Menor. Cada um a seu modo discorre sobre o seu significado, bem como sobre sua predisposição racional voltada à superação dos mitos (LARA, 1989, p. 45-55). Por conseguinte, perdura no meio acadêmico uma quantidade enorme de conceitos e de entendimentos do que seja filosofia com a preponderância de posições de reverência em todos os tempos e em todas as épocas. Platão (427-348), falando pela boca de Sócrates (470-399) afirma que o filósofo é um ser divino e com a morte será acolhido “na sociedade dos deuses” (PLATÃO, 2004, p. 34). E enquanto estiver na terra deverá exercer a função de rei ou soberano, no desempenho do nobre encargo de administrar a cidade e orientar os homens para o caminho do bem.

Enquanto não forem, ou os filósofos reis nas cidades, ou os que agora se chamam reis e soberanos filósofos genuínos e capazes, e se dê esta coalescência do poder político com a filosofia, enquanto as numerosas naturezas que atualmente seguem um destes caminhos com exclusão do outro não forem impedidos forçosamente de o fazer, não haverá trégua dos males [...] para as cidades, nem sequer, julgo eu, para o gênero humano. (PLATÃO, 2002, p. 170).

Como se vê, a atividade filosófica foi tanto para os antigos quanto para os pósteros elevada ao mais alto grau de importância. É neste sentido que Boécio (480-525), durante a espera da morte na prisão, recorreu à consolação da filosofia, sem renunciar, é claro, o seu estado de cristão convicto.

E dessa forma foram dissipadas as nuvens da tristeza; fui iluminado pela luz celeste e recebi o discernimento para contemplar aquela face. E, mal dirigi o olhar a ela, reconheci minha antiga nutriz, que desde a adolescência frequentava a minha mente: era a Filosofia. E eu lhe perguntei: “Mas que fazes aqui, na solidão de meu exílio, ó mestra de todas as virtudes, tendo descido do alto do céu? Ou também tu,

culpada, queres partilhar as acusações caluniosas?” E ela disse: “Haveria eu de abandonar meu discípulo e não tomar também do fardo que suportas e da calúnia que te impuseram? Mas à Filosofia não é lícito deixar caminhando sozinho um discípulo seu. (BOÉCIO, 2016, p. 34).

Perfazendo um salto histórico, Heidegger (1973, p. 212-213) nos diz que “philosophía é um caminho sobre o qual estamos a caminho. [...] E que a ciência nunca existiria se a filosofia não a tivesse precedido e antecipado”. E adiante na mesma obra à página 216 complementa: “A filosofia é uma espécie de competência capaz de prescrutar o ente, a saber, sob o ponto de vista do que ele é, enquanto é ente”. A pergunta o que é a filosofia? já é por si mesma uma pergunta filosófica que para alguns somente é feita na idade adulta. Desse modo, Deleuze e Guattari (2010, p. 7), afirmam peremptoriamente: “Talvez só possamos colocar a questão O que é a filosofia? tardiamente, quando chega a velhice, e a hora de falar concretamente”. Com este apanhado mínimo evidenciamos a grande diversidade de compreensões e conceitos do que seja filosofia e a atividade filosófica.

Quanto a Marcuse (1898 - 1979) doutorou-se em filosofia em 1922 e a partir de 1933 tornou-se membro do Instituto de Pesquisa Social, que foi posteriormente apelidado com o nome Escola de Frankfurt (WIGGERSHAUS, 2006). Destacamos três momentos importantes da vida de Herbert Marcuse que corroboram o conceito de filósofo por ele trazido à baila, que citaremos mais adiante. Primeiro: trata-se de um comentário bastante importante feito por ele próprio sobre como foi educado. Assim, numa entrevista concedida a Wiltrud Mannfeld, e transmitida no dia 18 de janeiro de 1980 no canal 2 da TV alemã, o filósofo foi perguntado quem o educou e Marcuse (1999, p. 11), prontamente respondeu:

Quem me educou? Em todo caso, não foi a escola, o Ginásio Real-Prussiano, e só até um certo grau, minha família. [...] O que realmente me educou foi a história, tal qual a vivi. Quer dizer, a Primeira Guerra Mundial – fui mobilizado em 1916 – e a fracassada revolução alemã de 1918/1919. Na época eu estava em Berlim e essa foi realmente a primeira e verdadeira educação que recebi. Em seguida, o que ajudou muito foram os livros, os livros e os amigos e colegas do Instituto.

Depreende-se da resposta do filósofo que o seu aprendizado se deu em meio ao comprometimento social, por assim dizer, no campo de batalha e já assumindo uma postura política frente às questões do cotidiano. Por isso, o assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, no dia 15 de janeiro de 1919, fê-lo se afastar da

militância do Partido Democrata Alemão (SPD). Segundo: a filosofia de Heidegger expressa na obra “Ser e Tempo”, publicada em 1927, influenciou positivamente a Marcuse, que segundo ele (1999, p. 31), “A filosofia era dominada pelo neokantismo, neo-hegelianismo, e de repente apareceu “Ser e Tempo” como uma filosofia verdadeiramente concreta. Ali falava-se da ‘existência’, do ‘impessoal’, da ‘morte’, da ‘preocupação’”. Em momento posterior, o citado Autor (1999, p. 110), diz ter-se afastado do discipulado de Heidegger e da convivência com ele. “Já faz muito tempo que não sou discípulo de Heidegger, no sentido corriqueiro da palavra, e desde 1934 não só me afastei totalmente, como também comecei a trabalhar separado dele”. Assim foi porque no dia 4 de julho daquele ano, Marcuse chega aos Estados Unidos da América para onde os membros do Instituto de Pesquisa Social tinham se mudado. Em 1940 adquire cidadania norte-americana e lá permanece servindo ao governo no deciframento das informações sobre os acontecimentos da segunda grande guerra (KELLNER, 1999, p. 23). Terceiro: em entrevista concedida a Habermas, no ano de 1978, Marcuse informa que durante os anos 30 já era leitor de Marx

Durante esse tempo todo eu já lia Marx e continuava a lê-lo e, depois, apareceram os *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. Provavelmente essa foi a reviravolta. Esse era, em um certo sentido, um novo Marx, que era realmente concreto e ao mesmo tempo saía do enrijecido marxismo prático e teórico dos partidos. Daqui para a frente, o problema Heidegger contra Marx não era mesmo mais um problema para mim. (MARCUSE, 2018, p. 108).

Certamente Marcuse dividia seu tempo de estudos entre Heidegger e Marx. Por isso, deu-se o que ele chama de “reviravolta”, deixa Heidegger e se fixa em definitivo na filosofia marxista. Em 1932 foram publicados os “Manuscritos Econômico-filosóficos”, escritos em 1844 (PAULO NETTO, 2020). E Marcuse estuda rigorosamente esta obra e escreve, em seguida, um ensaio sobre ela, denominado de “Novas Fontes para a Fundamentação do Materialismo Histórico”, que compõe a obra “Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade”. No início da obra, Marcuse (1981, p. 9), expressa-se do seguinte modo:

A divulgação dos *Okonomisch-philosophischen Manuskripten* (Manuscritos Econômico-Filosóficos) de 1844 de Marx deve representar um acontecimento decisivo na história da pesquisa sobre Marx. Esses Manuscritos poderiam colocar em uma base inteiramente diversa a discussão sobre a origem e o sentido original do materialismo histórico e, a rigor, de toda a teoria do ‘socialismo

científico'; possibilitam igualmente, uma colocação mais frutífera e de melhores perspectivas da questão da relação real entre Marx e Hegel.

O marxismo de Marcuse se distanciou do marxismo soviético, como já foi dito, e ao qual ele tece críticas incisivas (MACUSE, 1969a). Manteve-se, porém, no sequenciamento teórico da Escola de Frankfurt dos anos 30. É com este cabedal teórico-prático de conhecimentos que elaborará um conceito para o termo filósofo diferente de os demais, respaldado, no entanto, nos escritos de Platão. Portanto, segundo ele (1999, pp.11-12), “filósofo [...] é alguém que com base no que aprendeu e na sua experiência possa realmente entender, descobrir e transformar a realidade em que vive”.

Toda atividade filosófica influencia o processo de transformação social. Para Marcuse a realidade a ser transformada é a formação socioeconômica capitalista. Assim, o campo de percepção do filósofo é a realidade vivida pelos seres humanos concretamente no mundo. Para Dussel (2007, p. 17), campo expressa significativos “âmbitos possíveis das ações e das instituições políticas, nas quais o sujeito opera como ator de uma função, como participante de múltiplos horizontes práticos”. Fala-se, portanto, do campo filosófico, no qual alguém exercita determinada atividade que principia pelo entendimento da realidade. Seguindo a lição dusseliana, os campos são demarcados pela presença de intersubjetividades. Consequentemente o campo filosófico é o expressivo âmbito de atuação do filósofo, que busca incansavelmente capturar as movimentações da realidade. Neste sentido Habermas (1968) retoma o pensamento marcuseano para dizer que a transformação da realidade ora requerida se processa através do diálogo entre os seres humanos sob a intervenção do estado. E na esteira do ensinamento de Ortega y Gasset (1989, p. 25-26), “a realidade não é um presente que os fatos dão ao homem. [...] A realidade não é um dado, algo dado, oferecido - mas construção que o homem faz com o material dado”. Por isso, à medida que o filósofo “descobre” a realidade, por força das circunstâncias percebe imediatamente as tendências dessa mesma realidade. Neste campo, com base em conhecimentos e na experiência, Marcuse (1999, p. 126), recorda a sua atuação prática ao dizer: “eu me esforço para interpretar as tendências que, acredito, podem ser documentadas como fatos empíricos”. Certamente as tendências observadas por ele giram em torno da possibilidade ou não de se alcançar a transformação social qualitativa. Este projeto de transformação se coaduna ao conteúdo da XI tese contra Feuerbach, enunciada por Marx nos seguintes termos: “Os filósofos se limitaram a

interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo”. (MARX, 2005, p. 120). De fato, a transformação solicitada não seria alguma mudança eficiente no modo de produção capitalista. Almeja-se o fenecimento do modo de produção vigente mediante a ação do sujeito revolucionário, que será analisado logo a seguir.

2 BREVE HISTÓRICO DO SUJEITO REVOLUCIONÁRIO

Marx e Engels procederam a análise da sociedade capitalista e constataram a existência de duas classes sociais em radical oposição: a burguesia e o proletariado. A burguesia foi revolucionária até alcançar a hegemonia de classe. O proletariado, radicalmente contra a burguesia, assumiu o dever histórico de impulsionar a revolução social a fim de extinguir o capitalismo e no seu lugar implementar outro modo de produção, o socialismo (MARX; ENGELS, 2006). Aos poucos, porém, o sujeito da revolução foi ampliado para incluir outros indivíduos de novos ramos de trabalho e de serviços, permanecendo no núcleo central o operariado. Sabe-se que as análises marxianas ocorreram no percurso do século XIX. Marcuse, um século depois, retoma os estudos de Marx e Engels para afirmar que as mudanças ocorridas no interior das sociedades capitalistas desenvolvidas, e ele exemplifica com os Estados Unidos, empurraram o sujeito histórico da revolução para o âmbito da integração ao modelo econômico-social vigente (MARCUSE, 1973a). Deu-se, segundo ele, o alargamento da classe trabalhadora, visto que “empregados altamente qualificados, técnicos, especialistas etc., ocupam uma posição decisiva no processo de produção material e, inclusive em termos marxistas, se convertem dessa maneira em membros da classe trabalhadora industrial”. (MARCUSE, 1999, p. 83). Em idêntica compreensão dos fatos, Lessa (2014, p. 20), diz:

Em todos os países desenvolvidos que se industrializaram surgiu um setor operário mais especializado, com ganhos melhores, maior capacidade de articulação e ação política devido à sua maior cultura e melhor formação profissional, ao lado de um outro setor, mais numeroso, composto de trabalhadores não especializados, muitas vezes por mulheres e crianças, com menos estabilidade no emprego, menor consciência política e menor capacidade de organização. Próximo ao final do século 19, Engels já constatava como esse setor da classe operária tendia a ser um aliado da burguesia, e o denominou de aristocracia operária.

Rastreando a mesma linha de raciocínio, Marcuse entende que a base de massa foi ampliada de maneira confusa e fragmentada, fato que “modifica a relação entre os quadros de esquerda que militam politicamente e as massas” (MARCUSE, 1999, p. 84). Neste contexto de aliança de trabalhadores altamente qualificados com a burguesia, deu-se concomitantemente a ampliação do consumo, previamente motivado por necessidades supérfluas, pois é neste âmbito que “os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade” (MARCUSE, 1973a, p. 32). Lessa (2014, p. 23), vê neste contexto o “aumento do peso social da aristocracia operária, burocratização dos sindicatos e integração destes ao Estado”.

De fato, a produção e o consumo ampliados e controlados para fins previamente definidos restringem a oposição existente entre agrupamentos humanos específicos. Em corolário a essa dinâmica experienciada em contexto social desenvolvido, temos a sua repercussão junto aos países periféricos¹, a exemplo dos latino-americanos, para os quais entra em cena o Banco Mundial com pacotes de ajuda financeira embutidos no mega projeto de fomentar o consenso e evitar todo tipo de rebelião. Neste plano, trazemos as orientações de Robert MacNamara, que presidiu o citado banco no período de 1968 a 1972. Suas orientações se concretizaram no campo educacional em 1990, com a Conferência Mundial de Educação Para Todos (EPT), realizada em Jontiem, Tailândia. (RABELO; SEGUNDO, 2011). MacNamara em discurso para governantes de diversos países, disse:

Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião. Por esse motivo, a aplicação de políticas especificamente encaminhas para reduzir a miséria dos 40% mais pobres da população dos países em desenvolvimento é aconselhável não somente como questão de princípio, mas também de prudência. A justiça social não é simplesmente uma obrigação moral, é também um imperativo político [...]. Mostrar indiferença ante a frustração social equivale a fomentar seu crescimento. (MACNAMARA, 2010, p. 31).

1 Silva, em nota de rodapé da página 15, conceitua países periféricos como sendo os países em vias de desenvolvimento e exemplifica com os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os quais circundam os países centrais: Estados Unidos, países europeus e Japão. Vide, SILVA, José Bezerra da. Educação Escolar Quilombola: Limites e Perspectivas, Palmeira dos Índios: FACESTA, 2015.

Conforme o que foi dito, concluímos pela persistência de três elementos articulados com vistas a apaziguar as consciências dos trabalhadores: agentes executivos com altíssimos salários no comando da produção e distribuição, a introjeção psicológica do desejo de consumo de bens fora do campo específico das necessidades humanas fundamentais e a educação para o consenso das novas gerações dos países periféricos, coordenada pelos princípios funcionais do Banco Mundial. A operação desse processo hegemônico ficou por conta dos estados e de organismos multilaterais, que estão encarregados de incrementar a equalização dos sentimentos pessoais aos três elementos vistos acima e mais a alguns outros adjacentes. Firmado este propósito, a formação socioeconômica capitalista persiste e com ela a destruição ambiental, a manutenção de seres humanos degradados e uma exagerada concentração de riquezas em mãos de poucos, certamente nunca vista antes.

Como consequência das discussões feitas, é de todo necessário tecer resumidamente um comentário sobre o estado, apesar não ser objeto deste artigo. Desse modo, deve-se ressaltar a sua relevância no cenário nacional e internacional, pois a ele se credita o poder e a força de transformação social e o centro para o qual são dirigidas as lutas reivindicatórias da massa trabalhadora em geral. Além do que o estado se apossou das bandeiras reivindicatórias, costumeiramente exibidas normativamente. Assim, parcelas consideráveis de seres humanos imprimem suas lutas primeiro pela normatização, para em seguida, solicitar o seu cumprimento. Por isso, os gestores estatais apresentam a norma como se de antemão o bem do direito já tivesse sido concedido. Decerto, o estado não tem propriamente cérebro. Seu manejo é feito pelos gestores em cumprimento de interesses e determinações do grande capital, preservado pela força do aparato legal-policial. Por isso, a sobrevivência do estado conduz à sobrevivência do capital, dada a circularidade constante: capital, estado, capital.

Por outro lado, o estado moderno é o entrave das tentativas de rompimento da circularidade do capital acima descrita. Sua força de atuação é também psicológica, pois à medida que concentra os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras nos seus órgãos gestores, desencadeia contra as tentativas de rebelião a mais-repressão², fato que desestimula quaisquer enfrentamentos. Assim, os indivíduos se

2 O conceito mais-repressão foi criado por Marcuse, e consta dentre outras, na obra: "Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud". Significa a intensa repressão

conformam e passam a buscar algum direito pela via judiciária, ou periodicamente pela via legislativa ou até mesmo executiva. O estado, portanto, representa interesses “em nuvens”, vistos apenas por especialistas, muitos dos quais atuam a favor do próprio estado.

Por conseguinte, o estado tem falhado nas tentativas de solução dos problemas existentes: crise ambiental, desemprego, inflação, concentração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Seus esforços têm se concentrado no salvamento do sistema financeiro mediante o aumento descontrolado da dívida pública.

No modo há muito estabelecido dos processos globais de tomada de decisão, espera-se que o Estado traga a solução para muitos problemas que escurecem nosso horizonte, mas ele falha em fazer isso. Pelo contrário, medidas tentadas pelo Estado para remediar a situação – desde perigosas intervenções militares com o intuito de lidar com graves colapsos financeiros em escala monumental, incluindo operações de resgate do capitalismo privado empreendidas mediante um crescente endividamento do Estado da ordem de trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, a despeito de vãs asseverações em sentido contrário. (MÉSZÁROS, 2021, p. 161).

A atuação repressiva do estado tem também favorecido à manutenção do modo de produção capitalista com suas consequências funestas. Ele tem atendido prioritariamente e de maneira farta ao capital. Este comportamento estatal contribui, sobremaneira, para a dissolução do sujeito histórico da revolução, cuja postura fundamental é manter radical oposição à formação socioeconômica prevalecente. Esta postura compete também ao filósofo? Esta pergunta é tema da próxima seção.

3 QUEM É FILÓSOFO NÃO É SUJEITO REVOLUCIONÁRIO?

Quando perguntado sobre seus estudos de filosofia e por que queria se tornar filósofo, Marcuse (1999, p. 11), disse que quis ser “filósofo num sentido hoje quase inconcebível”. E concluiu sua resposta utilizando-se de três verbos: entender, descobrir e transformar. Pois então filósofo é “alguém que com base no que aprendeu e na sua experiência possa realmente entender, descobrir e transformar a realidade em que vive” (MARCUSE, 1999, p.11-12). Ora, aprendemos com o próprio Marcuse que o processo de transformação da realidade é peculiar do sujeito revolucionário, ou

praticada pelo segmento social hegemônico contra, segundo dizer marcuseano, os subprivilegiados na sociedade capitalista. A repressão de sentido freudiano expressa a entrada dos seres humanos no âmbito civilizacional, ou seja, é uma disposição própria da civilização.

seja, dos trabalhadores e trabalhadoras nucleados pelos operários. Mas na resposta suscitada, ele sugere um papel especial para o filósofo, qual seja, transformar a realidade em que vive.

Certamente podemos entender “transformação” como sendo o resultado de uma atuação conjunta de uma massa de indivíduos contra uma formação social concreta. É de se crer que determinados filósofos, pensadores e intelectuais possam participar ativamente no sentido da consecução desse desiderato, em processo de colaboração com quem, de fato, tem a histórica missão de realizá-la. A competência de “transformar a realidade” concedida ao filósofo indica uma ligeira diferenciação, pois há e sempre houve atividade filosófica voltada exclusivamente para a história da filosofia, para os conteúdos filosóficos destituídos da conexão da história concreta do mundo dos homens. Por outro lado, há atividade filosófica de cunho político, seu compromisso direto é entender a realidade para em seguida transformá-la, ou sugerir na teoria e na prática a sua transformação.

Os estudos filosóficos marcuseanos confirmam os trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos históricos da revolução (MARCUSE, 1999, p. 117). Se por motivos outros foram destituídos da radicalidade necessária e aprisionados pelas necessidades capitalistas, não quer dizer, porém, que foram denegados do seu posto ou substituídos. Lessa (2014) reafirma o compromisso histórico do operariado e visualiza o crescimento dele por todo o planeta. Os empecilhos que têm dificultado a efetividade de qualquer transformação se encontram na aliança firmada entre a aristocracia operária e a burguesia.

Para Marcuse há diversos entraves articulados que concorrem para dificultar quaisquer medidas transformadoras. Primeiro, o consumo de bens anunciados através de propagandas subliminares como necessários. Os trabalhadores e trabalhadoras dos países desenvolvidos aderiram voluptuosamente ao consumo desses bens, fato que os seduziu e foram integrados à formação socioeconômica prevalecente. “E é precisamente essa realização (a “sociedade de consumo”) que serve para sustentar as relações de produção capitalista, para garantir o apoio popular e desacreditar a lógica do socialismo” (MARCUSE, 1973b, p. 13). Segundo, os países em vias de desenvolvimento foram manipulados com políticas de mais-repressão (MARCUSE, 1968). Por isso tivemos regimes repressores em todos os países da América Latina. Aos poucos, porém, esta situação é alterada, os investimentos se dirigem à educação, promovendo-se também nestes países aumento significativo da

industrialização e do consumo. De fato, para Marcuse (1973a, p. 32), “os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune a sua falsidade”. A falsa consciência lê o mundo da vida com retalhos da consciência alheia, ou seja, do opressor ou daquele que faz as suas vezes. Por conseguinte, Marcuse (1973b, p. 15-16), retoma a discussão sobre a consciência falsa nos seguintes termos: “A esfera de consumo é uma área da existência social do homem e, como tal, determina a sua consciência que, por seu turno, é um fator na formação do seu comportamento, de sua atitude tanto no trabalho como nas horas de lazer”. Terceiro, destacamos aqui a prática contínua do estado em reprimir violentamente as tentativas de rompimento do modelo social prevalecente. Sua atuação repressora tanto é física quanto psicológica. Visa, enfim, imprimir à sociedade a unidimensionalidade. Quarto, Marcuse se nos apresenta o elemento colarinho-branco, advindo do seio da classe operária e no exercício de funções de comando da produção, certamente igual aos indivíduos formadores da aristocracia operária, mas destituído da consciência radical necessária à realização da transformação social qualitativa ou simplesmente contribuir com este desiderato.

O impulso acelerado para organizar o crescente elemento de colarinho-branco nos sindicatos industriais poderá, caso chegue a ter êxito, resultar no crescimento de uma consciência sindical desses grupos, mas dificilmente em sua radicalidade política. (MARCUSE, 1973a, p. 54).

Interceptado pelo consumo proposital, pela manipulação ideológica dos países do primeiro mundo, que dentre outras coisas contribui com a falsificação das consciências, pela ação estatal militarizada que atua em contínua ação de mais-repressão e o surgimento do sujeito de colarinho-branco, o projeto revolucionário para a implantação de uma sociedade qualitativamente diversa da existente torna-se inviabilizado. Neste sentido, Marcuse (1999, p. 67), diz com todas as letras:

Uma coisa podemos seguramente dizer: que a ideia tradicional de revolução e a estratégia tradicional de revolução estão fora de moda, simplesmente ultrapassadas pelo desenvolvimento de nossa sociedade. Disse isto antes, e gosto de repeti-lo, pois considero que nesta situação nada é mais seriamente requerido do que uma mente sóbria. [...] Temos de nos desacostumar desta ideia de revolução.

É interessante notar que apesar da inexistência do sujeito histórico para si e por consequência de meios viabilizadores do projeto revolucionário, Marcuse ainda se

nos propõe a superação do modo capitalista de produção e enfatiza como urgente a necessidade de se implantar o socialismo de tipo democrático, certamente por entender que os existentes não contêm esta peculiaridade. O intenso desenvolvimento capitalista coroado com o aumento insofismável do consumo, não implodiu, como era de se esperar, o sistema. Pelo contrário, o desenvolvimento combinado com outros fatores, enrijeceram a formação socioeconômica existente, cujos poros de tensão, por onde se daria a transformação, foram seguramente interceptados e controlados. Como resultado, implantou-se a unidimensionalidade.

Neste novo patamar de dominação social, as movimentações de oposição ao sistema pipocam localmente, de maneira parcial, requerendo atendimento de direitos particulares, de determinado agrupamento humano localizado e diferenciado dos demais. Se tradicionalmente se almejava alcançar, via revolução, a totalidade, contemporaneamente nestas três décadas iniciais do século XXI, as lutas são localizadas, particularizadas, comandadas por grupos de interesse, sem a conotação de alcançar a totalidade mundial.

É de se crer, então, que Marcuse pôde constatar as tendências das sociedades do mundo ocidental dos anos 60 e 70 em diante. E viu nelas grandes empecilhos no tocante a sua transformação para um mundo socialista. Neste caso, a atividade filosófica marcuseana foi suficientemente esclarecedora da condição humana, contextualizada no mundo manejado pelo capital, orbitado pela concentração em poucas mãos das riquezas produzidas, contínua desumanização, destruição ambiental, adoecimento psíquico, além de outros transtornos que afetam e dizimam parcelas consideráveis de seres humanos. Marcuse (1999, p. 19), não hesita de falar em “socialismo integral, não falsificado, sobretudo pela ênfase constante na ideia de que a sociedade socialista é uma sociedade qualitativamente diferente, com um estilo de vida qualitativamente diferente”. A composição desta forma de sociabilidade, diversa em todos os aspectos da sociabilidade capitalista, faz-nos pensar o sujeito histórico encarregado de efetivá-la. Considerando as reflexões aos textos marcuseanos acima elencados, percebe-se a integração desse sujeito à formação socioeconômica prevalecente, vindo a se tornar no grande entrave à realização do projeto de transformação social qualitativa. No entanto, as movimentações sociais, os enfrentamentos contínuos de agrupamentos humanos em conflito por melhorias sociais, concederam a Marcuse a percepção da existência, agora sob um prisma

diverso dos tradicionalmente existentes, de movimentos que sinalizam diuturnamente para a requerida transformação. São eles: a nova esquerda e os movimentos sociais.

Nova esquerda consiste em grupos políticos situados à esquerda dos partidos comunistas tradicionais; eles não possuem ainda novas formas organizacionais, não possuem uma base de massas e estão isolados da classe trabalhadora, especialmente nos Estados Unidos. (MARCUSE, 2018, p. 175).

O que motivou o surgimento da nova esquerda foi a clareza, conforme preceitua Marcuse (2018, p. 177), da “manipulação das necessidades pelo aparato do poder capitalista”. Trata-se, decerto, de um movimento cultural com a articulação de aspectos da infraestrutura com a superestrutura. Os adeptos da nova esquerda renunciaram a aquisição de bens considerados manipuladores das consciências e por consequência procederam uma maneira renovada de se rebelar contra o sistema. Como exemplo de sujeitos da nova esquerda temos os hippies, dentre outros agrupamentos humanos que relegaram o consumo de bens impostos como forma de manutenção do sistema.

Em paralelo temporal à nova esquerda, surgem pelo mundo a fora os movimentos sociais. Para Duriguetto e Montaño (2011, p. 264), eles surgiram nos anos 60 e 70 do século XX, “tendo como marco referencial os processos revolucionários, as ditaduras militares e o Maio francês de 1968, ações de resistência e ofensividade dos trabalhadores”.

É nesse período e nesse contexto que eclodiu o aparecimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, como o movimento mundial de protesto contra a guerra dos Estados Unidos no Vietnã, o Maio de 1968, os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, entre outros. (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 265).

Diluída em meio ao grosso da sociedade prevalecente, a nova esquerda não pode ir além com as suas medidas libertárias. Os movimentos sociais, porém, persistiram e ainda persistem como dispositivos de mudança social radical. Marcuse, então, depositou neles a sua esperança, haja vista a possibilidade de seus membros serem politizados a ponto de tomarem consciência verdadeira da dominação subsistente no contexto social (MARCUSE, 1973 a). Desse modo, e seguindo as reflexões filosóficas marcuseanas, entendemos que a projeção de transformação

persiste, tomada agora sob outro enfoque como consequência óbvia das mudanças ocorridas no interior do sistema.

Consideradas as coisas, a ideia de transformação persiste por ser uma necessidade de humanização dos seres humanos. Como a citada ideia tem o sentido de mudar radicalmente a realidade e esta se consubstancia no modo de produção capitalista, depreende-se do pensamento filosófico de Marcuse, que a transformação requerida significa a implementação de outro modo de produção, o socialista, que será visto logo a seguir.

4 AINDA É TEMPO DE SE FALAR EM SOCIALISMO? E DE QUAL TIPO?

O Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1848, por Marx e Engels, apresenta diversas concepções de socialismo. Apesar de leitura fácil e alcance de todos e todas, os trabalhadores e trabalhadoras contemporâneos não conseguem expressar bem o significado de socialismo, certamente devido a diversos fatores, entre muitos destacamos: i) as más influências resultantes das práticas socialistas existentes, que por causa da perseguição capitalista têm elas enveredado pela lógica do mercado, mantido e expandido grandioso aparato bélico e conservado boa parte de sua população humana carente de usufruir dos bens vitais à vida digna. Nos modelos de socialismo existentes, perdura a manutenção da burocracia estatal, a mercadorização da força de trabalho, intenso processo de alienação da população humana interna e larga concorrência no âmbito do mercado internacional. Essa tipologia de socialismo não se enquadra em nenhum exemplar fornecido pelo Manifesto; ii) é histórica a perseguição aos mentores do socialismo. Na página inicial do Manifesto isto fica por demais evidente não como coisa do passado, mas do presente. O capitalismo soube identificar os agentes de sua superação e ainda a formação socioeconômica capaz de tornar os indivíduos plenamente livres. A fim de evitar esse “desastre”, permitiu a criação de meios para o fim de contenção do socialismo, por exemplo, o acesso ao consumo de bens supérfluos para a população empobrecida, mas admitidos como necessários, o fomento de educação com o sentido de consenso para todos e todas dos países periféricos, a centralização dos problemas e lutas sociais em mãos do estado, a elevação da democracia ao patamar de valor inigualável, além do aliciamento de guerras e de regimes militares voltados apenas para combater o avanço do socialismo em épocas passadas.

Marcuse assumiu o projeto socialista de Marx e Engels. Sua educação ocorreu em meio aos embates revolucionários e anti-revolucionários ocorridos na Alemanha e na Rússia. Motivado por esses embates de classe seguidos pelo desenrolar da segunda guerra mundial, percebeu a insuficiência humanizadora do socialismo soviético, a integração da classe trabalhadora ao capitalismo vigente e a exigência de violência revolucionária a desqualificar a implementação de um novo regime. Por isso, foi instado a ler, pensar e escrever o socialismo sob outros moldes, caracteristicamente integral, embasado em “relações sociais livres e autênticas” (MARCUSE, 1999, p. 19). Mais adiante ele (1999, p. 82), complementa: “Continuo acreditando que o socialismo é a alternativa. Não um socialismo de cunho stalinista ou pós-stalinista, mas aquele socialismo, sempre projetado, da liberdade pessoal”, suficiente para gestar uma sociedade qualitativamente diferente da sociedade capitalista. Em complemento a essa ideia renovada de socialismo, Marcuse sai em busca de outras categorias, certamente existenciais, visualizadas no campo artístico e nas suas leituras freudianas. Assim, traz para o âmbito de suas discussões filosóficas a dimensão denominada de nova sensibilidade, que imprime uma outra visão estética do mundo, da natureza e dos homens, instrui os indivíduos para a beleza existencial, fonte negadora de todos os preconceitos e a dimensão biológica que requer uma mudança da estrutura orgânica dos seres humanos, cujo significado segue expresso textualmente.

Una vez que una moralidad específica queda afianzada como norma de comportamiento social, no solo es introyetada, sino tambien opera como de comportamiento ‘orgânico’: el organismo recibe ciertos estímulos y reacciona ante ellos, e ‘ignora’ y repele otros de acuerdo con la moral introyetada, que promueve o impide asi la función del organismo como una célula viviente en la sociedad respectiva. (MARCUSE, 1969 b, p. 18-19).

Através do signo desta dimensão o corpo orgânico recebe e introjeta os valores e princípios morais da sociedade. Introjetados, estabilizam-se em comportamentos e aspirações que são transformados em necessidades vitais. Caso estas não sejam satisfeitas, geram mal funcionamento do organismo. (MARCUSE, 1969 b). O resultado desse quadro é a presença constante de indivíduos psicologicamente doentes na sociedade, insatisfeitos, concorrendo contra os outros e fáceis de aceitar práticas sociais desumanas.

O pensamento preponderante de Marcuse é o da possibilidade de se firmar o socialismo democrático. No debate com Raymond Aron, transcrito no livro “A grande recusa hoje”, constante da referência 1999, surge o termo comunismo, inclusive no título: “comunismo democrático - utopia ou realidade”? Percorrendo o texto, percebemos ser a discussão em torno do socialismo, patamar existencial que antecede o comunismo. Aron, no citado livro, à página 128, fica na dúvida se está discutindo sobre o socialismo ou comunismo. Ao mesmo tempo Marcuse valoriza os movimentos sociais de jovens, trabalhadores, minorias negras e pardas. Discute com Aron sobre violência revolucionária, que é de fato, realidade introdutória do socialismo e jamais do comunismo. No sentido de socialismo, Marcuse (1999, p. 134), preleciona: “um regime socialista será, como acredito, a única alternativa. Um regime com a propriedade coletiva dos meios de produção sob controle coletivo e planejamento central”. Quanto à definição de democracia, o citado filósofo (1999, p. 137), esclarece seu entendimento, dizendo que “democracia - uma sociedade em que os indivíduos decidem coletivamente a respeito da construção e da condução da vida econômica e política e na qual cada indivíduo tem as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal”. Pela evidência Marcuse anunciou a urgência de implementação do socialismo democrático através da radicalização de algum agrupamento humano, movimento social ou os trabalhadores/trabalhadoras nucleados pelos operários constituídos em classe para si.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se no atual estágio do capitalismo tardio um cenário de mudanças puramente adaptativas. Pois a corrosão de valores, moralidade e costumes, ou ainda as constantes e inevitáveis alterações no cenário da produção de bens de consumo não mexem nos pontos-chave do sistema, exceto na expansão lucrativa. Sob um olhar negativista, os trabalhadores e trabalhadoras não somente reproduzem o sistema com o ato do trabalho, mas o defendem como sendo parte de seus corpos. Noutras palavras, o modo de produção capitalista “dá gosto aos trabalhadores e trabalhadoras em geral”. Todos e todas se sentem livres, visto que o controle vem de longe, via satélite. Basta ver o sistema Echelon³, de manuseio norte-americano e

3 Echelon, termo de língua inglesa, significa escalão, é um sistema de interceptação internacional das comunicações ou de espionagem, que visa controlar os indivíduos globalmente, suas ações, interesses

inglês. Esses dois povos sabem mais sobre cada indivíduo humano que a própria genitora. É a liberdade vigiada, feita sob medida e com fins previamente determinados. Quem controla seu manuseio, controla a vida sobre a Terra.

Diuturnamente idênticas experiências são vivenciadas. Os grandes sistemas de comunicação repetem o exótico, o dilacerante. A morte é banalizada. Não causa incômodos. A espécie humana titubeia insegura frente a incerteza do presente, visto que o passado e o futuro foram excluídos da agenda. O ontem é vivido hoje no mesmo grau: ônibus cheios, trânsito pesado, ação violenta da polícia, trabalho fatigante e sem sentido, fim de semana para lamentar mais uma semana que passou. O caos existencial gera alucinados, induz a todos e a todas ao suicídio. De fato, as prisões estão cheias de gente previamente selecionada. A luta pela sobrevivência compromete a vida toda. Não se vive para viver, usufruir dos bens cedidos pela natureza ou produzidos para atender necessidades verdadeiramente humanas. Vive-se com certa exclusividade para a labuta diária, enfadonha, verdadeiro pelotão de regimento: repete indefinidamente gestos advindos de outrem.

No capitalismo se vive para a morte biológica e psíquica. Os sonhos quando os há, não passam de pesadelos. Num ambiente marcado por todos estes sintomas, a destruição do ambiente natural é a causa de felicidade para aqueles que são acariciados pelo dito: 'quer ser feliz, acumule dinheiro'. Consequentemente o bem estar de poucos, decerto em meio aos mais insanos exageros, acarreta o mal estar de inumeráveis seres humanos e do ambiente natural. Assim a dor, o sofrimento humano da grande maioria é causa de alegria e de felicidade de poucos. Essa escabrosa contradição existencial é resultado da irracionalidade de determinados indivíduos. Os desprestigiados do sistema vivem tateando um lugar ao sol. Mas como o sistema funciona numa órbita circular, a partida de algum lugar sempre chega a lugar algum, pois a mesmidade do mesmo se repete. O capitalismo funciona à semelhança de uma bolha, igual em todos os lados. Suas determinações alcançaram altíssimo grau de funcionalidade que engolem a todos os seres humanos e a natureza em geral.

Apesar disso, a dialeticidade das relações sociais depõe contra a existência de uma totalidade fechada, uma bolha sem entrada e sem saída, porque o próprio

políticos e econômicos e permite às potências mundiais, sobretudo o governo norte-americano perceber as movimentações dos indivíduos nos diversos países e decidir meios de manutenção de seus interesses.

sistema é poroso. Seus encaminhamentos unidimensionais, unívocos estão repletos de rachaduras que facilitam a entrada de planos diversos, pois toda e qualquer dominação, mesmo que hegemônica, não é coesa na sua totalidade. Em sua funcionalidade se estabelecem concorrentes. Dizendo de outro modo, a dominação vigiada e feita à base da mais-repressão, como é a dominação capitalista, é em si contraditória e carrega consigo forças concorrentes, divergentes.

Em grande parte, os sistemas de comunicação dominantes tendem a falsificar o conhecimento, ou ao menos diluí-lo em informação. Estas, meras opiniões enunciativas, tanto colaboram com a manutenção do existente, quanto podem deixar rastros dos seus intentos. Elementos rebeldes e com interesses diversos contrapõem os conhecimentos acumulados pela humanidade às informações. Assim, com esse processo, abrem-se brechas de infiltração por meio das quais o sistema é abalado. É de se notar que todas as instâncias que colaboram com a preservação do modo capitalista de produção, como os meios de comunicação de larga escala, são de algum modo corroídos pelo próprio sistema.

Todo e qualquer modo de produção é uma construção humana e histórica. Homens e mulheres de determinada época, por diferentes motivos, numa longa caminhada existencial, constituíram maneiras específicas para a produção dos bens materiais. As lutas e conflitos, a preponderância de um agrupamento humano sobre outro lapidou determinado modo de produção pelo uso da força.

Em diferentes períodos históricos, homens e mulheres decidiram conservar ou romper com determinado formato de produção e reprodução da vida material. Evidentemente não é nada fácil, haja vista a persistência de interesses conflitantes. No entanto, determinada maioria, ou até certo agrupamento humano minoritário, mas central no processo produtivo pode decidir romper o sistema, ampliar os seus poros e engendrar um novo formato de produção, distribuição e consumo dos bens materiais e espirituais. Quando isto é cabível? Em todo tempo em que a existência da maioria dos seres humanos estiver precarizada em decorrência do sistema em vigor. Como está clara atualmente a precarização, faz-se necessário suplantarmos o sistema vigente por outro, certamente livre e democrático. Procedendo desse modo, chegamos ao problema deste artigo textualizado assim: de que maneira a atividade filosófica contribuirá para a construção de uma sociedade livre e democrática? Em forma de introdução à resposta, a formação capitalista não contém, de maneira real, material, os dois elementos presentes no problema: liberdade e democracia no sentido

filosófico marcuseano, visto acima. Por isso, ambos somente podem ser visualizados numa formação socioeconômica, ao menos teórica, denominada socialista. Desse modo, então, o problema toma o seguinte sentido: de que maneira a atividade filosófica contribuirá para a construção de uma sociedade socialista? Na atividade filosófica concorrem dois elementos corporificados num mesmo plano: o teórico e o prático. O filósofo tanto pode permanecer e viabilizar suas reflexões apenas no campo teórico, como pode, à semelhança de Marcuse e tantos outros unir teoria e prática, tomadas em sentido político. Nos dois casos a importância do filósofo é fundamental. No primeiro porque aprimora e atualiza as teorias que, de fato, sugerem a efetividade da transformação social qualitativa sem cair no engodo de textos pseudorrevolucionários. No segundo visa aprimorar e dar visibilidade à prática, contribuindo por meio da análise crítica com o desenrolar do processo. O filósofo pensa o presente munido do passado e seguro de como será o futuro. Devotado à humanidade, sua atividade tem apenas um interesse: colaborar com a humanização da espécie humana em corolário com o ambiente natural.

REFERÊNCIAS

BOÉCIO, Anício Mânlio Torquato Severino. **A Consolação da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

DUSSEL, Enrique. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRANCA, Pe. Leonel. **Noções de História da Filosofia**. Rio de Janeiro: AGIR, 1973.

HABERMAS, Jurgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Coimbra, Portugal: edições 70, 1968.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto, a filosofia?** São Paulo: Abril Cultural, 1973.

KELLNER, Douglas. O Marcuse desconhecido: novas descobertas nos arquivos. In: MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: UNESP, 1999.

LARA, Tiago Adão. **A filosofia nas suas origens gregas**. - Vol.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

LESSA, Sérgio. **Cadê os operários?** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

MACNAMARA, Robert. Discurso ante la Junta de Gobernadores. Washington, 25-29, septiembre, 1972. In: PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro – 1944-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARCUSE, Herbet. Teoria e Política. **Dissonância - Revista de teoria crítica**. Dossiê de Herbert Marcuse. Parte 2 – volume 2, nº 1.2, São Paulo: UNICAMP, junho de 2018. Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica>. Acesso em: 12 jan. 2022.

MARCUSE, Herbert. **Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

MARCUSE, Herbert. **Marxismo Soviético**: uma análise crítica. Rio de Janeiro: SAGA, 1969a.

MARCUSE, Herbert. **A Grande recusa hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial** - o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973a.

MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e revolta**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973b.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização** - uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARCUSE, Herbert. O fracasso da Nova Esquerda? In: **Dissonância**: revista de teoria crítica. Universidade Estadual de Campinas, SP, (UNICAMP - Parte 2, vol.2, nº 1.2, 2018. Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/teoriacritica>. Acesso em 12 jan. 2022.

MARCUSE, Herbert. Un Ensayo sobre la Liberación. México: **Cuadernos de Joaquim Mortiz**, 1969b.

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. São Paulo: Boitempo, 2021.

ORTEGA Y GASSET, José. **Em torno a Galileu**: esquemas das crises. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

PAULO NETTO. **Karl Marx**: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.

PLATÃO. **Fédon - diálogo sobre a alma e a morte de Sócrates**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

PLATÃO. **A República**. São Paulo; Martin Claret, 2002.

RABELO, Josefa Jackeline; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. **O Banco Mundial e a intervenção avaliativa na política educacional dos países pobres**. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/38907>, Fortaleza, 2011>. Acesso em: 10 jan.2022.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

DADOS DOS AUTORES

Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco, Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto/Portugal. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas. Atua como Professor e Pesquisador do Mestrado e Doutorado em Educação do PPGE/CEDU/UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa TECER (Teoria Crítica, Emancipação e Reconhecimento). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5637-9932>. E-mail: anderufal@gmail.com

José Bezerra da Silva

É graduado em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC - (1995), Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Tomás de Aquino - FACESTA - (2007), Especializado em Educação Ambiental pela UFAL e Instituto Lagoa Viva - ILV e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL - (2012). Integra o Grupo de Pesquisa Teoria Crítica, Educação e Reconhecimento - TECER, UFAL, professor de filosofia e realiza pesquisas no campo da Educação Escolar Quilombola e faz doutorado em Educação (CEDU/PPGE/UFAL). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5637-9932> E-mail: filosofojb@hotmail.com